

# SSP-SE

SSP-SE - SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA  
PÚBLICA DO ESTADO DE SERGIPE

Praticando 500 questões  
gabaritadas



CÓD: SL-103FV-23  
7908433233138

## Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa.....	5
2. Noções de Informática.....	47
3. Noções de Direito Constitucional.....	57
4. Noções de Direito Administrativo.....	73
5. Noções de Direito Penal.....	87
6. Noções de Direito Processual Penal.....	105
7. Noções de Criminalística e Medicina Legal.....	133
8. Legislação Especial.....	159

do que é considerado bonito. Qual a dificuldade então? Por que o juízo de uma pessoa tinha tanta importância? Porque lá não havia espelhos.

Nos dias de sol forte, era possível correr a uma poça d'água para ver o próprio reflexo, mas o retrato era imperfeito e oscilante. A solução era saber de si pelos olhos de outros. Essa situação nos permite ver um pouco da matéria de que é feita a literatura de Mukasonga: relações comunitárias, precariedade material, busca de si. O ritmo da prosa é balanceado por uma certa temporalidade rural. A experiência histórica que sombreia todos os acontecimentos narrativos, uma espécie de moldura instável que frequentemente invade a imagem central, manifesta-se como violência.

Muitos dos que moram em Gitagata foram enviados para lá por serem tutsis, a etnia que passou a ser perseguida após a subida dos hutus ao poder de Ruanda nos anos 1960. A escrita de Mukasonga é resultado dos conflitos que caracterizaram o país no século XX. Seu primeiro livro tem o título *Baratas*. Era dessa forma que os tutsis eram chamados pelos hutus que defendiam abertamente seu extermínio. Essa persistente agressão contra a humanidade das pessoas enfim teve o resultado condizente com a desumanização. Ela explodiu no genocídio de 1994, no qual centenas de milhares de ruandeses foram assassinados. A estimativa mais baixa é de que 800 mil pessoas foram mortas, a maioria delas a golpes de facão.

A história da violência em Ruanda não pode ser compreendida sem considerar o colonialismo europeu. Em 1931, autoridades belgas definiram que todos os indivíduos de Ruanda tivessem em seus documentos o registro de sua etnia. Esse marco é decisivo para se entender as tensões criadas no país, pois fixou o que não era rígido. Antes, a identidade étnica da região era mais fluida. Um hutu poderia se tornar um tutsi com o tempo, a depender do casamento e das relações estabelecidas ao longo da sua vida, e vice-versa. A administração colonial também manteve o privilégio de uma elite tutsi no acesso a postos de comando.

O processo de independência política do país teve início em 1959 e foi concluído em 1962, quando se formou o governo liderado por Grégoire Kayibanda, um político de origem hutu. Nas décadas seguintes, a tensão entre hutus e tutsis se intensificou. Muitos tutsis partiram para o exílio em países vizinhos como Burundi e Uganda, de onde organizaram movimentos de resistência. Outros foram enviados a campos de refugiados ou regiões inóspitas dentro do próprio país, como ocorreu com a família de Mukasonga.

A história da formação populacional de Ruanda é marcada por divergências. O jornalista Phillipe Gourevitch, autor de *Gostaríamos de informá-lo de que amanhã seremos mortos com nossas famílias*, admite que havia uma divisão étnica antes da chegada dos brancos à região no fim do século XIX, mas reconhece que não existia uma compreensão comum sobre o significado dela. Acredita-se que os hutus seriam povos mais ligados ao trabalho na agricultura. Os tutsis, por sua vez, se ocupariam majoritariamente da pecuária. No entanto, independente do grupo étnico, todos falavam a mesma língua, compartilhavam práticas culturais, visões de mundo, casavam-se entre si, moravam próximos uns dos outros, enfim, viviam sem a distinção incontornável que se cristalizou posteriormente.

Scholastique Mukasonga tem consciência de como seu país foi afetado pelo projeto colonial. A despeito das nomenclaturas hutu, tutsi ou tuá, todos os nascidos em Ruanda são efetivamente ruandeses. Ela recusa a narrativa de que um grupo tenha chegado antes de outro, de que suas diferenças são ancestrais. Em *A mulher de pés descalços*, há um diálogo da narradora com a mãe no qual ela percebe a força da narrativa colonial, na qual a ascendência tutsi tinha origens bíblicas. A voz criada pela autora em seus livros pretende retomar para si a história do povo em que ela nasceu. Suas obras, portanto, têm vários alcances. É um projeto literário entrelaçado a uma forma de escrita da história. Em sua versão de sobrevivente, há intenção de recuperar uma memória coletiva destruída na brutalidade do genocídio.

(...)

*(João Carlos Ribeiro Jr. Le monde diplomatique. 25 de maio de 2021)*

*Por que o juízo de uma pessoa tinha tanta importância? Porque lá não havia espelhos.*

No segmento acima, empregaram-se corretamente as formas do porquê.

No entanto, isso nem sempre acontece. Nesse sentido, assinale a alternativa em que o emprego do porquê esteja de acordo com as normas ortográficas.

- (A) A intenção seria saber, naquele contexto, porque eles normalmente não entregariam as tarefas.
- (B) Porque já estavam com as malas prontas, não desistiram da viagem?
- (C) Precisamos encontrar um por quê para a sua ausência.
- (D) Antes de se encontrarem, queriam entender por quê ocorreu o acidente.
- (E) Jamais revelaremos as dificuldades porque passamos.

9. IDECAN - TEC (UNILAB)/UNILAB/TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO/2022

Assunto: Linux / Unix

Ao utilizarmos o comando “netstat -r” do Linux, o que será executado:

- (A) Desconecta todos os usuários remotos.
- (B) Coleta dados estatísticos da rede.
- (C) Mostra os sockets ativos.
- (D) Apresenta a tabela de roteamento.

10. IDECAN - INSP PC CE/PC CE/2021

Assunto: Linux / Unix

Um servidor da Polícia Civil do Ceará, que exerce as funções de inspetor, está trabalhando em um microcomputador com Linux. Embora os sistemas operacionais utilizem interfaces gráficas, com o uso de janelas e do mouse, algumas vezes é necessário utilizar o sistema em modo texto.

Nesse contexto, para manipulação de diretórios e arquivos, três comandos de linha de *prompt* são detalhados a seguir:

I. Serve para acessar e mudar de diretório corrente, utilizado para a navegação entre as pastas do computador.

II. Exibe os arquivos armazenados em algum diretório e, se executado sem parâmetros, listará o conteúdo do diretório em que o usuário se encontra. É também possível usar este comando para conferir o tamanho e a data de criação de cada arquivo ou pasta.

III. É usado para se saber o espaço total e os *GBytes* disponíveis em cada partição do sistema. Se submetido ao sistema sem parâmetros, as informações serão exibidas em *kBytes* e será necessário convertê-las mentalmente para outras unidades.

Esses comandos são, respectivamente,

- (A) md, dir e mem.
- (B) md, dir e df.
- (C) cp, ls e df.
- (D) cd, ls e df.
- (E) cd, ls e mem.

11. IDECAN - AAD (CAMPINA GDE)/PREF CAMPINA GDE/2021

Assunto: Word 2013

Um funcionário da Prefeitura de Campina Grande digitou um texto no Word 2013 BR, com alinhamento à esquerda. Ao final do trabalho, executou três procedimentos, descritos a seguir:

I. selecionou o título do texto e executou o atalho de teclado Ctrl + E;

II. selecionou o restante do texto e executou o atalho de teclado Ctrl + J;

III. posicionou o cursor do mouse no início do texto e pressionou uma tecla de função, para realizar a verificação e a correção ortográfica.

Nessas condições, os tipos de alinhamento aplicados ao título e ao restante do texto e a tecla de função foram, respectivamente,

- (A) distribuído, justificado e F9.
- (B) centralizado, justificado e F7.
- (C) distribuído, equidistante e F9.
- (D) centralizado, equidistante e F7.

12. IDECAN - AAD (CAMPINA GDE)/PREF CAMPINA GDE/2021

Assunto: Word 2013

No uso dos recursos do editor de textos Word 2013 BR, os atalhos de teclado com os significados de “copiar”, “colar” e “salvar” são, respectivamente,

- (A) Ctrl + C, Ctrl + V e Ctrl + B.
- (B) Ctrl + C, Ctrl + V e Ctrl + S.
- (C) Alt + C, Alt + V e Ctrl + B.
- (D) Alt + C, Alt + V e Ctrl + S.

13. IDECAN - SOLD (CBM MS)/CBM MS/2022

Assunto: Word 2019

Durante a formatação de textos usando o Word 2019 é possível alternar entre minúsculas, primeira letra de cada palavra maiúsculas e letras maiúsculas. Desta forma, indique como alternar usando o teclado.

- (A) Ctrl + F3
- (B) Ctrl + F4
- (C) SHIFT + F1
- (D) SHIFT + F2
- (E) SHIFT + F3

14. IDECAN - AAD (CAMPINA GDE)/PREF CAMPINA GDE/2021

Assunto: Excel 2013

A planilha abaixo foi criada no Excel 2013 BR. Na célula E5 foi inserida uma expressão que usa a função SE, que mostra a mensagem “REPOR” quando o resultado do teste da condição é verdadeiro se a quantidade existente

V. O poder reformador pode alterar um direito fundamental, desde que não afete o seu núcleo essencial.

Assinale

- (A) se apenas as afirmativas I, III e IV estiverem corretas.
- (B) se apenas as afirmativas III, IV e V estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II, IV e V estiverem corretas.
- (D) se apenas as afirmativas I, IV e V estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas II, III e V estiverem corretas.

10. IDECAN - GM (CAMPINA GDE)/PREF CAMPINA GDE/2021

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

“A casa é \_\_\_\_\_ do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de \_\_\_\_\_, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por \_\_\_\_\_”. Com base na Constituição Federal, assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas acima, de forma respectiva.

- (A) propriedade privada - flagrante delito- ordem judicial
- (B) asilo domiciliar - desastre - determinação do juiz
- (C) propriedade - incêndio - ordem do Poder Público
- (D) asilo inviolável - flagrante delito ou desastre - determinação judicial

11. IDECAN - GM (CAMPINA GDE)/PREF CAMPINA GDE/2021

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Acerca dos crimes inafiançáveis e imprescritíveis previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa **correta**.

- (A) A prática do racismo constitui crime imprescritível, porém é crime afiançável.
- (B) Todo crime hediondo é inafiançável e imprescritível.
- (C) Trata-se de crime inafiançável e imprescritível a ação de grupos armados, civis ou militares, contra a ordem constitucional e o Estado Democrático.
- (D) A prática da tortura, diferentemente do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, constitui crime imprescritível.

12. IDECAN - ADM (IF RR)/IF RR/2020

Assunto: Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos (art. 5º da CF/1988)

Com base nas disposições constitucionais sobre os direitos e garantias fundamentais, analise as afirmativas a seguir:

I. No caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

II. A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais.

III. Não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.

Assinale

- (A) se somente a afirmativa I estiver correta.
- (B) se somente a afirmativa II estiver correta.
- (C) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.
- (D) se somente as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (E) se todas as afirmativas estiverem corretas.

13. IDECAN - AJ (TJ PI)/TJ PI/ADMINISTRATIVA/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2022

Assunto: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

As alternativas a seguir apresentam direitos sociais previstos na Constituição, à exceção de uma.

Assinale-a.

- (A) moradia
- (B) transporte
- (C) sindicalização
- (D) previdência social
- (E) assistência aos desamparados

14. IDECAN - SOLD (CBM MS)/CBM MS/2022

Assunto: Direitos Sociais e dos Trabalhadores (arts. 6º e 7º)

À luz das disposições da Constituição Federal, não são considerados expressamente como direitos sociais:

- I. o direito à educação e o direito à previdência social.
  - II. o direito de herança e o direito de propriedade.
  - III. o direito de acesso à justiça e o direito ao devido processo legal.
  - IV. o direito ao fundo de garantia do tempo de serviço e o direito ao repouso semanal remunerado.
  - V. direito ao lazer e o direito à licença-maternidade.
- Está(ão) correto(s) apenas o(s) item(ns):

11. IDECAN - AJ (TJ PI)/TJ PI/JUDICIÁRIA/OFICIAL DE JUSTIÇA E AVALIADOR/2022

Assunto: Poder Hierárquico

Quanto ao poder hierárquico exercido pelo administrador público, assinale a alternativa correta.

- (A) O poder hierárquico concede à autoridade hierarquicamente superior prerrogativas ilimitadas.
- (B) O poder hierárquico concede à autoridade hierarquicamente superior prerrogativas à margem da lei.
- (C) O poder hierárquico concede à autoridade hierarquicamente superior prerrogativas de descumprir ordens das autoridades superiores.
- (D) O poder hierárquico concede à autoridade hierarquicamente superior prerrogativas de punir servidores sem que exista processo administrativo e sem observância do devido processo legal.
- (E) O poder hierárquico concede à autoridade hierarquicamente superior prerrogativas de exercer determinadas competências hierárquicas sempre com a observância da lei.

12. IDECAN - ESC PC CE/PC CE/2021

Assunto: Poder de Polícia

A respeito do poder de polícia, assinale a afirmativa INCORRETA.

- (A) Quando o Poder Público, restringindo direitos individuais, intervém na esfera dos interesses privados para salvaguardar o interesse público, ele atua no exercício do poder de polícia.
- (B) O poder de polícia é uma prerrogativa de direito público conferida ao Estado, que vai usá-lo calcado na lei.
- (C) Embora o poder de polícia vise restringir o uso e o gozo da liberdade e da propriedade, ele não pode servir de fundamento para a instituição de tributos.
- (D) Tanto a Polícia Administrativa como a Polícia Judiciária se utilizam do poder de polícia, e ambas se enquadram no âmbito da função administrativa estatal.
- (E) Respeitadas as competências constitucionais, é possível que o poder de polícia seja utilizado nos três graus federativos: o federal, o estadual e o municipal.

13. IDECAN - INSP PC CE/PC CE/2021

Assunto: Poder de Polícia

Acerca do poder de polícia, analise as afirmativas a seguir:

I. Enquanto o abuso de poder se dá por meio de atos discricionários, o desvio de poder ocorre apenas em atos vinculados.

II. O poder de polícia pode ser exercido, na forma da lei, por diversos órgãos e instituições públicas, como, por exemplo, a Câmara dos Deputados e o Senado Federal.

III. Há situações em que o poder de polícia pode ser preventivo ou repressivo, como também vinculado ou discricionário.

Assinale

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (B) se apenas a afirmativa II estiver correta.
- (C) se apenas a afirmativa III estiver correta.
- (D) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (E) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.

14. IDECAN - OF (PM MS)/PM MS/2022

Assunto: Abuso de Poder: Excesso de Poder e Desvio de Finalidade (poderes da Administração)

O oficial Francisco de Assis, valendo-se de sua função administrativa na Corporação, atuou diretamente para que fosse desapropriado um imóvel pertencente a Caio, que era seu inimigo desde criança. Nesse caso, é possível afirmar que houve:

- (A) excesso de poder.
- (B) abuso de punir.
- (C) desvio de poder.
- (D) uso indevido do poder disciplinar.
- (E) supremacia do interesse público.

15. IDECAN - AJ (TJ PI)/TJ PI/ADMINISTRATIVA/ANALISTA ADMINISTRATIVO/2022

Assunto: Administração Direta (órgãos públicos)

Acerca do conceito de Administração Pública, analise as afirmativas a seguir:

I. Pode ser classificada em sentido objetivo (quanto aos entes que a compõem) e subjetivo (quanto à função por eles exercida).

II. O conceito de Administração Pública consiste na prestação de serviços públicos realizados de forma direta ou indireta por pessoas jurídicas, órgãos e agentes públicos.

31/12/2014; assim, na data da audiência, a conduta imputada ao réu já seria atípica. Nesse sentido, assinale a alternativa correta.

- (A) A defesa de Ricardo tem razão; de fato, ocorreu abolitio criminis, motivo pelo qual a absolvição se impõe.
- (B) Não é hipótese de abolitio criminis, mas de verdadeira descriminalização, o que impõe absolvição pela extinção de punibilidade.
- (C) Não se trata de lei penal temporária, mas sim de lei penal excepcional, que perdurou enquanto duraram as circunstâncias excepcionais que determinaram sua edição. Ela continuará a ser aplicada.
- (D) A defesa de Ricardo não está com razão. Embora seja hipótese de lei penal temporária e tendo decorrido o período de sua duração, ela continuará a ser aplicada aos fatos ocorridos sob sua vigência.
- (E) Quer se trate de lei penal temporária, quer se trate de lei penal excepcional, a absolvição de Ricardo é medida que se impõe, pois a lei penal não retroage, salvo em benefício do réu, tal como deve correr na hipótese.

8. IDECAN - AJ (TJ PI)/TJ PI/JUDICIÁRIA/ANALISTA JUDICIAL/2022

Assunto: Tempo do Crime

Douglas, nascido em 10/11/2003, manteve sua namorada Júlia em cárcere privado durante o período de 18/10/2021 a 10/11/2021, data em que a polícia descobriu a localização da vítima, libertou-a e prendeu Douglas em flagrante delito.

Nesse sentido, considerando apenas a situação exposta, é correto afirmar que, em relação ao tempo do crime,

- (A) adota-se a Teoria da Atividade, e, por consequência, Douglas deve ser considerado imputável, podendo responder criminalmente.
- (B) adota-se a Teoria do Resultado, e, por consequência, Douglas deve ser considerado imputável, podendo responder criminalmente.
- (C) adota-se a Teoria da Atividade, e, por consequência, Douglas não pode ser considerado imputável, razão pela qual apenas poderá responder por ato infracional análogo a delito.
- (D) adota-se a Teoria da Ubiquidade ou Mista, e, por consequência, Douglas não pode ser considerado imputável, razão pela qual apenas poderá responder por ato infracional análogo a delito.
- (E) adota-se a Teoria da Ubiquidade ou Mista, e, consoante interpretação mais favorável ao réu, Douglas não pode ser considerado imputável, estando sujeito

apenas a medida de segurança.

9. IDECAN - ESC PC CE/PC CE/2021

Assunto: Da Contagem dos Prazos

Considere que em determinada situação o prazo decadencial de seis meses para oferecimento de queixa-crime comece a correr em 8/1/2021, uma sexta-feira. Considere também que, em outra situação, o prazo da prescrição da pretensão executória de determinado delito seja de três anos e comece a correr em 19/7/2018 (quinta-feira), estando o condenado foragido.

Nessa hipótese, assinale a alternativa correta.

- (A) Na primeira situação, a queixa-crime deverá ser oferecida até o dia 7/7/2021 (quarta-feira), sob pena de decadência, e, na segunda situação, o condenado poderá ser capturado até o dia 19/7/2021 (segunda-feira) para começar a cumprir a pena.
- (B) Na primeira situação, a queixa-crime poderá ser oferecida até o dia 8/7/2021 (quinta-feira), e, na segunda situação, o condenado poderá ser capturado até o dia 19/7/2021 (segunda-feira) para começar a cumprir a pena.
- (C) Na primeira situação, a queixa-crime deverá ser oferecida até o dia 12/7/2021 (segunda-feira), sob pena de decadência, e, na segunda situação, o condenado poderá ser capturado até o dia 20/7/2021 (terça-feira) para começar a cumprir a pena.
- (D) Na primeira situação, a queixa-crime poderá ser oferecida até o dia 7/7/2021 (quarta-feira), e, na segunda situação, o condenado poderá ser capturado até o dia 18/7/2021 (domingo) para começar a cumprir a pena.
- (E) Na primeira situação, a queixa-crime deverá ser oferecida até o dia 12/7/2021 (segunda-feira), sob pena de decadência, e, na segunda situação, o condenado poderá ser capturado até o dia 19/7/2021 (segunda-feira) para começar a cumprir a pena.

10. IDECAN - INSP PC CE/PC CE/2021

Assunto: Princípio da Territorialidade

Em relação ao lugar do crime, territorialidade e extraterritorialidade da lei penal, assinale a alternativa correta.

- (A) Se a execução de um delito ocorrer em território nacional, mas o resultado ocorrer em território estrangeiro, não é correto afirmar que tal delito ocorreu em território nacional.
- (B) Ficam sujeitos à lei penal brasileira, embora cometidos no estrangeiro, independentemente de condi-

ria, decisória e recursal.

(C) a depender do caso concreto, podendo as partes solicitar a manutenção do regramento anterior se este se revelar mais eficiente ao caso já em andamento.

(D) apenas para os delitos praticados após a entrada em vigor de referida lei processual, exceto se a lei nova se revelar mais benéfica, ocasião em que deverá retroagir.

(E) desde logo, sem prejuízo dos atos praticados sob a égide de lei processual penal anterior.

10. IDECAN - MED PLEG (PEFOCE)/PEFOCE/PATOLOGIA/2021

Assunto: Lei processual penal no tempo, no espaço e em relação às pessoas

O Título I do Livro I do Código de Processo Penal estabelece as disposições preliminares da referida lei processual. Nesse sentido, de acordo com as disposições legais, assinale a alternativa correta relativamente ao tema.

(A) O Código de Processo Penal será aplicado a todo e qualquer crime cometido em território nacional, prevalecendo, inclusive, sobre tratados e convenções.

(B) A lei processual penal será aplicada desde logo, determinando-se o refazimento dos atos praticados sob a égide de lei revogada enquanto não houver sentença.

(C) A lei processual penal não admite interpretação extensiva nem aplicação analógica.

(D) O Código de Processo Penal será aplicado aos crimes de responsabilidade do Presidente da República, independente de prerrogativas constitucionais.

(E) O processo penal terá estrutura acusatória, vedadas a iniciativa do juiz na fase de investigação e a substituição da atuação probatória do órgão da acusação.

11. IDECAN - SOLD (PM CE)/PM CE/2023

Assunto: Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

No que tange ao inquérito policial, assinale a alternativa correta.

(A) O inquérito policial, nos crimes em que a ação pública incondicionada preceda de representação, terá prazo de 6 meses para sua conclusão.

(B) Nos crimes de ação pública incondicionada, a autoridade policial somente poderá proceder ao inquérito mediante requerimento de quem tenha capacidade postulatória para intentá-la.

(C) Qualquer pessoa do povo que tiver conhecimento da existência de infração penal em que caiba ação pública poderá, verbalmente ou por escrito, comunicá-la

à autoridade policial, e esta, verificada a procedência das informações, mandará instaurar inquérito.

(D) Logo que tiver conhecimento da prática da infração penal, a autoridade policial deverá colher as provas no local e proceder ela mesma com a perícia.

(E) Do despacho da autoridade policial que indeferir o requerimento de abertura de inquérito não caberá recurso.

12. IDECAN - SOLD (PM CE)/PM CE/2023

Assunto: Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

Doutor Antônio Dragão do Mar, Delegado de Polícia da circunscrição de Crato/CE, logo após tomar conhecimento da ocorrência de homicídio no bairro Cidade Luz, região do Cariri, prontamente se dirigiu ao local onde já contava com a presença da Polícia Militar. Com base na situação hipotética e pelas disposições do Código de Processo Penal, assinale a alternativa incorreta com relação aos deveres da autoridade policial.

(A) Colher todas as provas que servirem para o esclarecimento do fato e suas circunstâncias.

(B) Por haver vítima fatal, promover a remoção do corpo para o Sistema de Verificação de Óbito (SVO).

(C) Proceder ao reconhecimento de pessoas e coisas e a acareações.

(D) Apreender os objetos que tiverem relação com o fato, após liberados pelos peritos criminais.

(E) Ordenar a identificação do indiciado pelo processo datiloscópico, se possível, e fazer juntar aos autos sua folha de antecedentes.

13. IDECAN - SOLD (PM CE)/PM CE/2023

Assunto: Inquérito Policial (arts. 4º a 23 do CPP)

Tomando por base as disposições preliminares do Código de Processo Penal, assinale a alternativa que não compreende uma das competências do Juiz de garantias, previstas expressamente no art. 3º-B do referido códex:

(A) Zelar pela observância dos direitos do preso, podendo determinar que este seja conduzido à sua presença, a qualquer tempo.

(B) Prorrogar a prisão provisória ou outra medida cautelar, bem como substituí-las ou revogá-las, assegurado, no primeiro caso, o exercício do contraditório em audiência pública e oral, na forma do disposto no Código de Processo Penal ou em legislação especial pertinente.

(C) Aplicar medidas de segurança e substitutivas de pena nos crimes de menor potencial ofensivo, mesmo

(E) *Digitization Plug-in*.

9. IDECAN - AUX PER (PEFOCE)/PEFOCE/2021  
Assunto: Perícias e Peritos (Criminalística)

Chamado a realizar uma perícia em local onde se relatava ter ocorrido furto precedido de arrombamento, Galo, perito, é surpreendido pela proprietária do bem subtraído com a informação de que ela já havia descoberto a autoria da conduta. À proprietária relatou que o bem fora subtraído por seu marido e que, por viverem bem maritalmente, já lhe havia perdoado. Dessa forma, segundo a proprietária, não haveria necessidade de realizar nenhuma perícia. Nessa situação, o perito deverá

- (A) realizar o levantamento pericial normalmente.
- (B) comunicar imediatamente ao delegado e aguardar instruções da chefia.
- (C) fazer o registro formal do ocorrido e não realizar o levantamento pericial.
- (D) retomar ao plantão, efetuar o registro formal do ocorrido e esperar que o delegado tome as providências cabíveis.
- (E) solicitar autorização do delegado para prosseguir com que levantamento pericial se assim entender pertinente segundo seu juízo discricionário.

10. IDECAN - PER (DPT BA)/DPT BA/TÉCNICO DE POLÍCIA CIVIL/2022  
Assunto: Locais de Crime

Quanto às possibilidades de classificação dos locais de crime, assinale a alternativa em que ocorre a correta associação entre os conceitos.

- (A) Idôneo – local de crime não preservado, violado.
- (B) Área mediata – local de crime adjacente ao delito.
- (C) Inidôneo – local de crime preservado, não violado.
- (D) Área imediata – local de crime indiretamente relacionado com o delito.
- (E) Área ambiental – local de crime aberto.

11. IDECAN - PER (DPT BA)/DPT BA/TÉCNICO DE POLÍCIA CIVIL/2022  
Assunto: Locais de Crime

Define-se local de crime como qualquer local onde tenha ocorrido um fato potencialmente delituoso. Abrange também os locais relacionados ao delito onde tenham ocorrido atos preparatórios, materiais ou ulteriores à consumação delitiva. Em situação hipotética de homicídio envolvendo as seguintes etapas: planejamento detalhado no

apartamento A, consumação no beco B, traslado do corpo para a região R, onde o cadáver foi ocultado, armas e veículos utilizados na prática delitiva encontrados no mato M e um dos suspeitos preso em hospital H. São considerados locais de crime, **exceto**:

- (A) Apartamento A.
- (B) Mato M.
- (C) Região R.
- (D) Beco B.
- (E) Hospital H

12. IDECAN - PER (DPT BA)/DPT BA/TÉCNICO DE POLÍCIA CIVIL/2022  
Assunto: Locais de Crime

Em acidentes de trânsito, cabe perícia de local. Objetiva-se fazer o levantamento pericial da dinâmica do acidente, o estudo dos vestígios observados, a identificação das trajetórias dos veículos, o cálculo das velocidades desenvolvidas por eles antes do embate e a determinação do ponto de colisão. Assim, a dinâmica do acidente é elucidada, chegando-se à causa determinante do evento. Assinale a alternativa incorreta a respeito do assunto.

- (A) Dentre os vestígios mais importantes a serem analisados no local do acidente, estão as marcas de frenagem, derrapagem ou de arrasto eventualmente deixadas pelos pneumáticos dos veículos envolvidos.
- (B) Registro fotográfico, análise topográfica, sinalização (placas, faixa de pedestres e semáforo) e pavimentação também são elementos fundamentais para se chegar à conclusão acerca da causa determinante do acidente.
- (C) Sempre quando possível, as informações do acidente de trânsito devem ser registradas em planilhas ou croquis ainda no local da ocorrência, ainda que representem apenas um esboço inicial.
- (D) As marcas de frenagem produzidas por veículos dotados de sistema de freios do tipo ABS (Antilock Brake System) são mais intensas e de maior durabilidade que as produzidas por freios a disco, pois aquele sistema trava as rodas do veículo.
- (E) O fenômeno de frenagem de emergência pode ser dividido em cinco fases: percepção, reação, travamento das rodas, marcas de espelhamento, e marcas de frenagem. A ocorrência dessas fases depende da velocidade desenvolvida pelo veículo. A análise dessas marcas permite calcular a velocidade mínima para o travamento das rodas e, conseqüentemente, serve para estimar a velocidade veicular.

to de tipo misto alternativo e de perigo concreto, não bastando para sua caracterização a prática de um dos núcleos do tipo penal, sendo imprescindível a demonstração de lesão ou de perigo concreto ao bem jurídico tutelado, que é a incolumidade pública.

(E) Demonstrada por laudo pericial a inaptidão da arma de fogo para o disparo, é atípica a conduta de portar ou de possuir arma de fogo, diante da ausência de afetação do bem jurídico incolumidade pública, tratando-se de crime impossível pela ineficácia absoluta do meio.

8. IDECAN - SOLD (PM CE)/PM CE/2023

Assunto: Da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (arts. 5º a 7º da Lei nº 11.340/2006)

Acerca da aplicabilidade da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/16), assinale a alternativa correta:

- (A) A Lei Maria da Penha jamais pode ser aplicada em contenda entre irmão (agressor) e irmã (vítima).
- (B) Exige-se que haja algum tipo de relacionamento amoroso entre agressor e vítima.
- (C) Jamais pode ser aplicada em contenda entre pai (agressor) e filha (vítima).
- (D) No tocante à vítima, exige-se que seja do gênero feminino, o qual não se confunde com pessoa do sexo feminino.
- (E) No tocante à pessoa agressora, não há restrição de gênero.

9. IDECAN - SOLD (PM MS)/PM MS/2022

Assunto: Da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (arts. 5º a 7º da Lei nº 11.340/2006)

Acerca da violência doméstica e familiar contra a mulher, assinale a alternativa correta:

- (A) Para que haja a violência doméstica contra a mulher, é essencial a prática de conduta comissiva.
- (B) A violência doméstica e familiar contra a mulher necessariamente causa morte ou sofrimento.
- (C) É possível que haja violência doméstica contra a mulher sem que o agressor possua vínculo familiar.
- (D) A violência familiar contra a mulher se dá sempre em razão de uma omissão baseada no gênero.
- (E) A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui a única forma de violação dos direitos humanos.

10. IDECAN - GM (CAMPINA GDE)/PREF CAMPINA GDE/2021

Assunto: Da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher (arts. 5º a 7º da Lei nº 11.340/2006)

Analise as afirmativas abaixo sobre a Lei nº 11.340/2006 (Lei Maria da Penha):

I. A violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos.

II. Entende-se por violência moral contra a mulher toda e qualquer conduta que lhe impute condição de inferioridade em relação ao homem.

III. Para receber a proteção prevista na Lei Maria da Penha, a violência sexual contra a mulher tem que se enquadrar no crime de estupro ou de atentado violento ao pudor.

Assinale

- (A) se apenas a afirmativa I estiver correta.
- (B) se apenas as afirmativas I e II estiverem corretas.
- (C) se apenas as afirmativas II e III estiverem corretas.
- (D) se todas as afirmativas estiverem corretas.

11. IDECAN - SOLD (PM CE)/PM CE/2023

Assunto: Da Assist. à Mulher em Situação de Violência Domést./Familiar (arts. 8º a 12 da Lei nº 11.340/2006)

Em todos os casos de violência doméstica e familiar contra a mulher, feito o registro da ocorrência, a autoridade policial deve remeter expediente apartado ao juiz com o pedido da ofendida, para a concessão de medidas protetivas de urgência. De acordo com a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/16), esse procedimento deve ser feito no prazo de:

- (A) 72 (setenta e duas) horas.
- (B) 05 (cinco) dias.
- (C) 24 (vinte e quatro) horas.
- (D) 48 (quarenta e oito) horas.
- (E) 10 (dez) dias.

12. IDECAN - ASS SOC (IF CE)/IF CE/2021

Assunto: Da Assist. à Mulher em Situação de Violência Domést./Familiar (arts. 8º a 12 da Lei nº 11.340/2006)

Em relação ao que estabelece a Lei Maria da Penha, assinale a afirmativa **INCORRETA**.

- (A) A assistência à mulher em situação de violência doméstica e familiar será prestada de forma articulada e conforme os princípios e as diretrizes previstos na Lei Orgânica da Assistência Social, no Sistema Único